



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1297

FREI TIMÓTEO DE CASTELNUOVO: MISSÃO, UTOPIA E REALIDADE NO ALDEAMENTO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA DE JATAÍZINHO/PR (1855-1895)

Edson Claiton Guedes
(PPGH/UEPG)

RESUMO. Este artigo apresenta um estudo desenvolvido acerca da vida do Frei Capuchinho Timóteo de Castelnuovo e sua atuação junto aos indígenas do aldeamento São Pedro de Alcântara de Jataizinho, Paraná, localizado às margens do Rio Tibagi. Partimos do pressuposto de que, conhecer e analisar a vida e ação daqueles que fizeram a história no passado requer um olhar crítico e cauteloso a fim de que não olhemos para os fatos passados impregnados pelos conceitos que temos da realidade do presente. Por isso, a análise da vida e atuação do frei Capuchinho italiano aqui apresentada, buscou considerá-lo no contexto social no qual se insere o que, implica no conhecimento das relações culturais que envolvem a reconstrução da história. Destarte, o presente artigo buscou responder aos seguintes questionamentos: Quem foi Timóteo de Castelnuovo? A quem interessava a estruturação do aldeamento? Qual a importância da atuação do frade capuchinho junto aos indígenas? Para esta pesquisa utilizamos as bibliografias de terceiros e o testemunho do próprio frade, catalogados e documentados por seu biógrafo, Frei Cassimiro de Orleans. Concluímos que a mudança da política Imperial quanto ao aldeamento pode explicar a falência do programa, que terminou com a morte do missionário.

Palavras-chave: Biografia. Frei Timóteo de Castelnuovo. Aldeamento São Pedro de Alcântara de Jataizinho. Utopia franciscana.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa trazer à discussão acadêmica alguns aspectos da pessoa e da obra de frei Timóteo no aldeamento sob a perspectiva da “utopia franciscana”. O trabalho é de cunho biográfico, utilizando-se, como fonte primária, os escritos do primeiro biógrafo de Frei Timóteo, o Frei Casimiro M. de Orleans, publicado em 1959 com o título de “Pai dos Coroados”. Fizemos opção de utilizar as citações que

o autor faz dos escritos de Frei Timóteo, contextualizando-as, obviamente, dentro dos objetivos que nos levou a produzir este artigo.

A intenção da pesquisa não é de cunho moral do tipo bom/ruim, certo/errado da posição do religioso no aldeamento, mas busca fazer uma análise crítica de sua vida e atuação. Um dos objetivos, é o compartilhamento das informações pesquisadas e analisadas neste artigo e sua discussão.

Sabemos que os aldeamentos dirigidos pelos Jesuítas possuem extensa bibliografia. Outros, como o dos Capuchinhos, e outras congregações religiosas, carecem de maior atenção. Portanto, esperamos com este artigo excitar a curiosidade e animar novos olhares, novas análises, novas contribuições para o tema dos aldeamentos, especialmente os do Paraná do século XIX.

FREI TIMÓTEO NO BRASIL E O CASO DO ALDEAMENTO SÃO PEDRO

Domingos Antônio Luciani, Frei Timóteo, nasceu no dia 15 de setembro de 1817, numa região limítrofe entre a Lugúria e a Toscana chamada de Castelnuovo-Magra, na Itália. Ingressou no Convento dos Capuchinhos de Sarzana no dia 07 de fevereiro de 1841 e em 1842, quando fez sua profissão religiosa recebeu o nome de Timóteo de Castelnuovo Magra. Em 1846 foi ordenado sacerdote. Após sua ordenação permaneceu no convento por mais quatro anos, até o final de 1850, dedicando-se aos trabalhos internos do convento.

Cassimiro de Orleans, revela que Frei Timóteo nunca escondeu o desejo de ser missionário. Esta vocação teria surgido de suas leituras sobre o Santo Capuchinho São Fidelis de Sigmaringa e do Jesuíta São Francisco Xavier. Frei Timóteo o confirma em seu testamento: “Se o ler a vida de São Fidelis de Sigmaringa me fez Capuchinho, o ler a vida do grande S. Francisco Xavier, apóstolo das Índias, me fez vir às missões que Deus quis, que de africanos fossem americanos”.(CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 45).

A Ordem Capuchinha havia acolhido da Igreja o ideal das missões fomentado pelo papa Gregório XVI, e foi a família religiosa que mais enviou missionários a países não católicos. Frei Eugênio de Rumilly, então ministro geral dos Capuchinhos, fundou em Roma, em abril de 1841, o colégio da missões, com a finalidade de preparar os candidatos para este trabalho específico. Porém, o método

preparatório dos missionários recebeu críticas do Frei Mariano de Bagnaia, segundo Sganzerla (1992).

A promulgação do decreto imperial 285 de 21 de Junho de 1843 favoreceu a Ordem enviar os missionários para Brasil, graças a intermediação do Barão de Antonina que conseguiu alguns Capuchinhos genoveses para a missão no Paraná, fato confirmado por Frei Timóteo:

Quando em 1854, a empenho do barão de Antonina, pelo ministro do império fui destinado para esta missão juntamente com o falecido frei Matias de Genova, religioso de minha ordem e aqui cheguei, vi quanto esta missão era difícil...(CASTELNUOVO, apud ORLEANS, 1959, p. 64).

Frei Timóteo desembarcou no Brasil no dia 16 de janeiro de 1851 na cidade do Rio de Janeiro com outros cinco missionários¹. A princípio foi escalado para colaborar no Lazareto de Santa Isabel entre 26 de Março a 30 de Junho de 1852, pois a cidade do Rio de Janeiro era assolada pela febre amarela. No mesmo ano, foi requisitado, de acordo com Quaresma (1990) pelo bispo de São Paulo, Dom Antonio Joaquim de Mello, a assumir a paróquia de Santa Bárbara e Monte-mor (então chamada Água Choca), encargo que desempenhou até Outubro de 1854 quando foi transferido para o aldeamento São Pedro de Alcântara, em Jataizinho, Paraná.

No século XIX há um crescente interesse do Estado brasileiro por expansão e por espaços transitáveis e apropriáveis. Trata-se de restringir o acesso a propriedade fundiária e converter em assalariados uma população independente - libertos, índios, negros e brancos pobres - que teima em viver a margem da grande propriedade, cronicamente carente de mão de obra. De acordo com Cunha (1992, p. 15) a política de terras não era, portanto, independente da política de trabalho. A questão era como retomar as terras dos índios, já que em muitos casos eles detinham o documento de posse, expedido pelo próprio governo².

¹ Os demais missionários são: Fr. Félix de Alexandria, Fr. Luís de Grava, da Província Romana, Fr. Matias de Gênova, Fr. Luís Francisco de Gênova, Fr. Justino de Gênova.

² De acordo com Cunha (p.141), havia um reconhecimento claro da primazia dos índios sobre suas terras na legislação da época: eles deverão ter preferência sobre as terras em que estão arranchados (26/3/1819 e 08/07/1819). Em 1850, na chamada lei das terras fica claro que a terra dos índios não podem ser devolutas.

O século XIX exibiu uma importante reviravolta em relação a política praticada nos séculos anteriores. Se a ideologia da metrópole era integrar ou assimilar os indígenas para torna-los súditos civilizados, como queria a carta de Dona Maria I, a discussão passou declaradamente da pessoa do índio para suas terras. De acordo com Almeida (2010) o problema poderia ser resumido na seguinte questão: como construir uma nação e uma história de brancos a partir de uma realidade repleta de índios e negros?

A revista do instituto histórico e geográfico brasileiro (IHGB), criada em 1839, foi um veículo de importância fundamental para forjar um imagem estereotipada do índio. Ela tornou-se, de acordo com Motta (2006, p. 02) um ambiente de “difusão de debates, ideias e propostas com relação ao destino das populações indígenas que ocupavam o território nacional em construção”. Tornou-se comum neste período fazer uma espécie de “classificação” dos povos indígenas, entre “mansos e ferozes”. Cunha (1992) nos oferece uma distinção interessante:

Há, primeiro, os tupis e guaranis, já virtualmente extintos ou supostamente assimilados (...) É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto. A segunda categoria é o botocudo. Esse não só é um índio vivo, mas é aquele contra quem se guerreia por excelência nas primeiras décadas do século: sua reputação é de indomável ferocidade. Coincidência ou não, os botocudos são tapuias, contraponto e inimigos dos Tupis na história e no início da colônia

O decreto 426 de 24/07/1845 pontuará a política estatal referente aos índios neste século. De acordo com Mota (2006, p.06), “essa legislação é uma das representações das práticas da sociedade envolvente na sua expansão pelos territórios indígenas”. À política de “desinfestação” das terras da colônia, o aldeamento foi o método utilizado para favorecer a expansão. Na visão dos políticos da época, dava conta de duas questões importantes: a utilização das terras ocupadas pelos índios e a inserção destes num ambiente controlado, dando assim uma resposta a sociedade.

No Paraná, a instalação do aldeamento, levou em conta a estratégica do Império para aquela região que era uma maior integração entre as províncias do Paraná e Mato Grosso. Sua implantação deu-se nos caminhos dos rios Tibagi e Paranapanema e e vinha resolver algumas situações: para que se pudesse colonizar e implementar a agricultura e a pecuária nas terras habitadas pelos índios (catequese era o termo religioso); para povoar a região norte do Estado e também

para fortalecer o comércio por vias fluviais entre as Províncias do Paraná e Mato Grosso. Os aldeamentos tiveram um destacado papel econômico dentro da província. Para Marcante (2008) este aspecto não pode ser ignorado uma vez que os índios aldeados não eram apenas atores coadjuvantes neste processo e participavam ativamente na venda dos produtos ali produzidos.

Aldear os povos indígenas, segundo a concepção do século XIX, significava reunir povos diferentes sob um mesmo território, obrigando-os a uma legislação única. A questão é como manter a paz nesta situação? Do outro lado da margem do rio Tibagi, foi instalada uma colônia militar, o que segundo Figueiredo (2004, p. 205) funcionava como um elemento intimidador.

O aldeamento São Pedro de Alcântara durou praticamente o período em que nele esteve o Frei Timóteo de Castelnuovo, ou seja, de 1855 a 1895. Para Figueiredo (2004, p.191-198) é possível destacar três fases bem distintas: Primeira fase de 1855 a 1872: Chegada dos freis e implantação do aldeamento no dia 02 de agosto de 1855; Segunda fase 1873-1883: Esta fase é marcada tanto pelo desenvolvimento quanto pelas crises; Terceira fase 1883 a 1895: o marco de grande importância nesta fase é a mudança de sistema, passando de império para o republicano.

CRÍTICAS, UTOPIA E REALIDADE

As cartas de frei Timóteo nos levam a conclusão de que ele tinha conhecimento dos interesses econômicos e políticos em jogo sobre a região onde estava localizado o aldeamento. Em suas correspondências, é possível perceber as críticas do frade a este sistema. Apesar disso, seu biógrafo, Orleans (1959, p.54) dirá que ele “se empenhava na caça de almas para Deus, corações para a civilização, membros para a sociedade brasileira, homens para a pátria”. A atitude idealista descrita por Orleans, no entanto, contrasta com a situação real do aldeamento. A atividade gerencial do aldeamento, comumente era fonte de irritação do frade diretor, afina, “todos os assalariados, empregados, diretor, administrador, índios e demais funcionários eram pagos com os recursos da Tesouraria do governo

imperial, através da Tesouraria do governo provincial, com a ordem de pagamento emanada do presidente da província (FIGUEIREDO, 2004, p. 229).

Por várias vezes ele se dirigirá, por cartas ao Império e ao governo da Província ou pessoalmente viajando até as respectivas sedes para tentar resolver os problemas financeiros que inviabilizavam seu trabalho. Segundo Frigo (1995, p. 10) houve “ocasiões em que os vencimentos do fr. Timóteo e de seus subalternos atrasavam até 14 meses, o que provocava a ausência do missionário do aldeamento.”

Por conta disso, as lamentações do frade irão se multiplicar, como é possível observar em uma de suas correspondências:

O governo do país e a maior parte dos brasileiros nunca compreenderam a utilidade desta missão e de seu diretor e por isso fomos desprezados; a minha obra tão útil ao país e à humanidade, sempre contrariada, reduzida a nada e logo ao total esquecimento(CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 164)

Em outra carta enviada ao responsável da Ordem para missão, lotado no Rio de Janeiro, ele continua:

Estas colônias não foram criadas para catechesi. A catechesi foi um acessório as mesmas; mas sim para servirem para apoio – a estrada de Matto Grosso; e para os grandes transportes para aquela Província – de militares, e trens bélicos– antes da guerra do Paraguay(CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 198)

A utilização da religião como meio para atrair os índios e levá-los sem choques ao aldeamento era claramente exposta no regulamento de 24/07/1845 quando pedia o uso de meios suaves e o mimo para atraí-los e também pompas e aparato do cristianismo para arrebatá-los e ferir-lhes a imaginação. A “domesticação dos índios”, linguagem usual no século XIX, era um trabalho de duvidosa eficácia para as intenções do Império. A conclusão de Frei Timóteo era de que “Melhor negócio faria o governo acabar com uma obra tão mal guiada, e desgraçada, visto não querer melhorar a sua sorte” (CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959).

As constantes críticas de Frei Timóteo pelo abandono do Império, o conduzirá a assumir uma postura diferente no trabalho do aldeamento. Desde então, o resgate utópico de uma fraternidade indígena, pode ser percebida nas falas do frei que se denomina como “pai”. É possível observar isso na citação de Orleans (1959): “No mais fui feliz, recebi o amor e a simpatia dos índios e o nome de pai dos mesmos,

que bem lágrimas de amor me fizeram derramar. A única causa de me achar ainda no sertão, é por certo entre eles morrer”.

Frei Timóteo pode ser enquadrado, portanto, dentro da tradição franciscana que via nos índios do Brasil, povos com potencial para se formar o homem reformado segundo ideais que remontam aos textos de São Paulo³.

A chamada “utopia franciscana” foi um ideal constituído a partir do pensamento milenarista de Joaquim de Fiore (1132-1202), um abade do século XI. Místico e profeta, provou ser mais influente depois de morto e nas interpretações dadas a seus escritos do que em sua carreira e feitos enquanto vivo. Tornou-se em 1177 abade do Mosteiro Cisterciense de Corazzo, mas renunciou para viver uma vida de eremita em Fiore, na Calábria, atraindo discípulos e tendo visões apocalípticas. Dividiu a história humana em 3 períodos: a era do Antigo Testamento (o Pai), a do Novo Testamento (o Filho) e do mundo vindouro (dominado por uma nova ordem espiritual) a qual, em sua antevisão, teria início na década de 1260. Os aspectos milenaristas de sua obra, conjugados com a esperança de realização dentro de um tempo finito, empolgaram a imaginação das gerações seguintes. O chamado “joaquismo” teve profundos efeitos em muitos grupos sociais do século XIII e do começo do século XIV. Sobretudo entre os franciscanos espirituais, precursor que foi de alguns elementos de resistência e de protesto contra a ordem eclesiástica.

A historiografia da América Espanhola é rica em exemplos de projetos que tentaram concretizar ideais utópicos. Já em 1516 os franciscanos sob a direção de frei João de Garceto impulsionarão nas costas de Cumaná, perto do rio Orinoco, uma tentativa de pacificar os índios e agrupá-los em comunidades fraternas e solidárias, subtraindo-os a repartição e a encomenda (CAYOTA, 1992). O México será particularmente um celeiro desta visão utópica por parte dos franciscanos. Para eles, a descoberta do novo mundo e a conversão dos índios eram sinais do céu que marcavam o fim da história da Igreja e do mundo e início de um novo tempo.

Eles pretendiam criar ali uma cristandade primitiva: o novo mundo seria como um outro paraíso terrestre, e Hernan Cortez, que tanto os

³ Paulo refere-se ao “homem novo”, que aparece após o contato com o Evangelho de Jesus, especialmente nos textos de Rm 6,1-14; Ef. 4, 17-24 e Cl. 3,5-17.

tinha protegido e favorecido, lhes aparecia neste contexto como um novo Moisés. Por este motivo, os monges franciscanos acreditavam já terem chegado a última idade do mundo (LOPES, VELLOZO E PESAVENTO. 2006, p. 16).

Ainda no México, dois bispos da ordem Franciscana ficarão conhecidos por incentivarem este modelo de catequese indígena: Frei João de Zumárraga e Vasco de Quiroga que organizaram povoados indígenas caracterizados pela constituição de uma sociedade livre e solidária.

Críticas a esta metodologia pode ser encontradas em trabalhos como de Bernard e Gruzinski. Segundo estes autores (2001, p. 417) para convencer os índios a abandonar sua antiga religião e adotar o cristianismo e os valores europeus, os frades raptavam as crianças de suas famílias e as criavam nos mosteiros da Ordem. Todo domingo, saíam do México e arredores dos mosteiros para destruir os templos que achavam ser do demônio e divulgar a boa palavra nos burgos às margens do lago. A intervenção ferrenha dos frades, no entanto, teve consequências dramáticas:

Quando se perguntava aos índios porque eram mentirosos, adúlteros, delinquentes, respondiam que era por causa dos espanhóis que com suas guerras, deram tão grande vai e vem a toda terra, deixando os índios sem sua justiça, sem sua ordem, sem suas leis e liberdade, sem autoridades competentes para lhes julgar os vícios e a incúria. O franciscano Jerônimo de Mandietta registrou a opinião dos indígenas quando foram inquiridos sobre a recusa ao cristianismo e a sociedade dos Espanhóis: antes do cristianismo ninguém agia de acordo com a vontade própria. Pelo contrário, todo mundo se lhe fazia aquilo que lhe ordenava. Agora temos liberdade e isso é ruim para todos nós porque não estamos obrigados a respeitar e temer ninguém (BRUIT, 1995, p. 202).

Os franciscanos percorreram praticamente todos os territórios que estavam sob o domínio espanhol e português e fundaram escolas, reduções, povoados. Segundo Iriarte (1985), os frades estabeleceram-se nas Antilhas desde 1493 com Colombo, tendo uma evangelização mais sistemática a partir de 1500 com o Cardeal Cisneros a frente e em 1512 já havia uma organização eclesiástica na Jamaica, Porto Rico, Cuba e São Domingos. Na Nova Espanha (México) contava em 1586 com aproximadamente 900 religiosos chegando até o Texas nos Estados Unidos. No vice Reino de Granada, atual Colômbia e Venezuela, ainda no século XVI, já haviam 145 religiosos, 12 conventos e batizado aproximadamente 200 mil índios, além dos vice-reinos do Peru e do Rio da Prata. No Brasil, os franciscanos chegaram junto com o Pedro Alvarez Cabral e foram os únicos evangelizadores até

1549⁴, quando a eles se juntaram os Jesuítas. Uma tentativa de instaurar o humanismo franciscano foi realizada pelos freis Armenta e Lebron em Santa Catarina. Além deles, frei Luiz de Bolaños e seu companheiro Frei Alonso de São Boaventura, vão iniciar, segundo Cayota (1992, p. 16) “a partir de 1580 na região do alto Paraná, reduções, cujo método será posteriormente adotado pelos jesuítas na célebre República Guarani”.

Todos estes dados sobre a utopia franciscana são importantes para contextualizar e dar entendimento, segundo nosso entendimento, a expressões e anseios de Frei Timóteo sobre os índios no Paraná.

Embora seja importante ressaltar que a idealização dos índios como inocentes também escondesse o peso dos preconceitos em sua capacidade de lidar com problemas complexos, como política, negócios, etc, Frei Timóteo os conhecia bem sob estes aspectos. Sua utopia possivelmente não estava baseada nas qualidades morais dos índios dos quais ele tinha contato diário, mas sob aspectos que eram muito presados entre os franciscanos, como por exemplo o desapego dos bens temporais.

Outro aspecto interessante na trajetória de Frei Timóteo é sua personalidade. O velho Frade demonstrava ter uma personalidade dura e difícil, mas deixava transparecer nos seus escritos valores franciscanos fundamentais. É o que afirma Figueiredo:

O frei Timóteo, que assinava sempre suas correspondências com o termo o diretor, se autodenominava humilde, obediente e submisso, ou súdito, nos manuscritos enviados às autoridades com quem se relacionava. Estes termos utilizados pelo frei capuchinho não são apenas fórmulas usuais de final de manuscritos, mas remetem uma realidade central da vida da Ordem dos capuchinhos que seguem o modelo do franciscanismo. Essa realidade central era a vivência da pobreza na humildade, na obediência e na submissão ao Evangelho de Jesus vivido por São Francisco de Assis. Quando o frei opta por utilizar estes termos, não é ao acaso que faz, mas por convicção advinda de sua opção pelo trabalho com os pobres, pequenos, e marginalizados (FIGUEIREDO, 2004, p. 321)

A convicção do missionário no trabalho a ele confiado aliado a seu desejo de educar os índios de maneira que eles conseguissem viver numa fraternidade, são características importantes do seu trabalho de quarenta anos no aldeamento.

⁴ O marco oficial se dará apenas em 1585 sob a concessão de Felipe II.

Em vários momentos da vasta literatura deixada pelo frei Timóteo sobre o aldeamento São Pedro de Alcântara, observa-se uma autodefesa do seu trabalho, que, segundo ele, era importante para o país e para o Paraná em especial. Numa carta escrita em 1862, após as costumeiras observações sobre o esquecimento por parte do governo Imperial do projeto original, e escrevendo ao padre comissário do Rio de Janeiro, ele declara: “Nesta data ando afflitíssimo pelo único motivo da seca amatar minhas emmensas plantações, e não ver no tempo signaes de chuva. Meu Deus! como me haver com quinhentas e mais pessoas para dar de comer” (CASTELNUOVO, T. Apud FIGUEIREDO, 2004, p. 19).

Ainda que críticas a suas pretensões possam ser tecidas, é possível notar sua preocupação com os índios. Por isso tantas vezes ele recorre a quem poderia ser importante para sanar estas e outras dificuldades. Em muitas correspondências observamos que ele fala de roupas e materiais de trabalho, que precisavam aqueles que colaboravam na obra.

Como já afirmamos, os maiores problemas para o trabalho no aldeamento eram de ordem econômica, por isso suas constantes reclamações ao governo da província e mesmo do império. Sem perder o humor franciscano, dirige-se até o Rio de Janeiro, na corte imperial atrás das verbas necessárias e desdenhosamente diz: “Nesta corte fui bem recebido e bem tratado (...) Tudo aqui é paz, mas em matéria de dinheiro é só guerra”(CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 168).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de Frei Timóteo no aldeamento São Pedro de Alcântara justifica-se pela sua visão teológica da missão, entendida como “vontade de Deus”. Com o passar do anos, porém, a convivência desmistificará muito de sua opinião anterior e ele deixará expresso em seus textos, seja nos relatórios enviados aos presidentes da Província do Paraná, mas em especial àqueles enviados ao superior da missão no Rio de Janeiro e no seu Testamento.

Encontramos em seus escritos, cartas e no testamento final chamado de “More Religiosorum”, que é a memória do religioso sobre o trabalho desenvolvido em determinado campo, palavras de espírito mais cordial com relação aos índios, para um tempo que costumava defini-los com o adjetivo de “selvagens”.

Já no dia 28 de Dezembro de 1894, menos de um ano antes de sua morte, ao escrever ao padre comissário do Rio de Janeiro sobre sua saúde, ele relata a amizade e da preocupação dos índios para com ele: “a parte que este povo tomou, sem exceção, pelo meu restabelecimento, o prazer que mostrou pela minha melhora, é digno de meu reconhecimento e seria eu uma fera se assim não fosse. Os índios do sertão vinham de longe pressurosos a saber notícia do seu velho Ciramoin” (CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 2008).

Em sua opinião, as dificuldades enfrentadas no aldeamento, lhe eram suficientes para abandonar os índios, como ele mesmo diz: “Aqui tudo está para pior; mas abandonar minha missão de trinta e quatro anos e o resto do meu povo amado, ao meu coração repugna”(CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 130). Mas, resigna-se e diz: “a única causa de me achar ainda no sertão é por certo entre eles morrer” (CASTELNUOVO, T. Apud ORLEANS, 1959, p. 131).

O fim do projeto de São Pedro de Alcântara não esteve ligado a dificuldade de catequese dos índios e muito menos porque o governo tinha algo melhor a oferecer. Bom lembrar o motivo pelo qual este aldeamento foi iniciado. Figueiredo (2004) ressalta que o aldeamento estava dentro de um projeto político maior que era servir de entreposto numa via de comunicação com o Mato Grosso.

Com o passar do tempo, e especialmente após a guerra com o Paraguai, o aldeamento perdeu sua importância e iniciou-se um processo de desmantelamento do mesmo. Ainda que para o governo provincial e imperial o aldeamento já estivesse fora dos planos, Frei Timóteo alimentava o sonho de ver o seu trabalho florescer em uma civilização elevada. Ele deixa isso escrito numa carta enviada ao governador do Paraná Xavier da Silva em 1892:

A esperança de ver um dia elevados estes tão prometentes lugares de tantos passados sacrifícios e abnegações, tem-me dado resignação e coragem para sofrer e conservar para que nada se perca de tudo o que as capelas retêm ao culto e as estradas se conservem transitáveis (MOTTA, in Figueiredo, 2004, p. 247).

Atualmente, de acordo com os dados do IBGE de 2010, a população indígena em Jataízinho conta com 11 indivíduos. A situação dos índios do Paraná não é muito diferente dos demais índios no Brasil: foram reduzidos a vilarejos pobres, desprovidos de sua cultura, mesclados à sociedade e vivendo de pequenos

artesanatos. A luta é a revisão da demarcação de suas terras perdidas no desejo de um dia recuperar o vigor das populações de outrora.

Frei Timóteo recebeu homenagens póstumas corriqueiras: um lugarejo entre Jataizinho e Rancho Alegre, na Br 443 (uma velha estação de Trem abandonada) leva seu nome, além de duas praças uma em Jataizinho e outra em Curitiba.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.R.C. De. Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/pindigenas.html>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

_____. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

BERNARD, C.; GRUZINSKI, S. História do mundo: da descoberta a conquista. Uma experiência européia, 1492-1550. Tradução de Cristina Muracho. 2 edição. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001.

BRUIT, H. H. Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos. Campinas: Editoras Ilumina: São Paulo e editora da Unicamp, 1995.

CAYOTA, M. Semeando entre brumas. Utopia Franciscana e humanismo renascentista: uma alternativa para a conquista. Trad. José Carlos Correia Pedroso. Petrópolis: Cefepal, 1992.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população. indígenas-mapas. Paraná:IBGE. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas>. Acesso em:02 de julho 2015.

CUNHA, M. C.(org). Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 1992.

_____. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FIGUEIREDO, C. A. Concentraciones indígenas capuchinas en el siglo XIX: programa de gobyerno religioso en São Pedro de Alcântara, Paraná (Brasil) 1855-1895. 2004. 823f. Tese (doutorado em História) Universidad de León, cap. 5 p. 321.

FRIGO, A. Memórias de um Herói: Frei timóteo de Castelnuovo. Londrina: Grafimark, 1995.

IGLESIAS, T. C. Experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial. 2010. 447f. Tese(Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas/SP, p. 62.

IRIARTE, Lázaro. História Franciscana. Trad. Adelar Rigo e Marcelino Carlos Dezen.. Petrópolis: Vozes, 1985, Cap X, p. 357-395.

LOPES, A. H.; PESAVENTO, S. J.; VELLOZO, M. P. História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006.

MARCANTE, M.F. As fronteiras do interior: o aldeamento São Pedro de Alcântara e suas interações sociais no espaço sertanejo-Paraná (1876/1881). ____Revista Vernáculo, n 21 e 22, p. 206-212.2008.

MOTA, L. T. O Aço, a Cruz e a Terra. Índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889) In FIGUEIREDO. C. A. Concentraciones indígenas capuchinas en el siglo XIX: programa de gobyerno religioso en São Pedro de Alcântara, Paraná (Brasil) 1855-1895. 2004. 823f. Tese (doutorado em História) - Universidad de León, p. 254-255.

ORLEANS, C. Pai dos coroados. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1959.

SGANZERLA, Alfredo. A história do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do Pantanal. Campo Grande. Editora FUCMT, 1992.